*Entrevista realizada por la Oficina de PNUD Brasil a Eugenia Piza López, Gerente del Equipo de Género del Centro Regional Para América Latina y el Caribe del PNUD.*

 A gerente da Equipe de Gênero do Centro Regional do PNUD para a América Latina e Caribe, localizado no Panamá, Eugenia Piza Lopez, esteve no Brasil para discutir como o Brasil pode executar a nova política de estratégia de gênero do PNUD. Em uma oficina na Casa da ONU em Brasília, a socióloga destacou a importância da transversalização das questões de gênero e a melhor maneira de implementá-la no país. A gerente já percorreu países da América Latina e do Caribe com oficinas similares, desenvolvendo projetos de desenvolvimento do PNUD, os quais consideram a situação atual das questões de gênero em cada localidade. Piza Lopez falou sobre a importância das parcerias governamentais e com a sociedade civil para abordar o tema de forma eficiente, assim como a posição do Brasil no cenário latinoamericano quando se trata de equidade de gênero.

**Como a política de gênero do PNUD será implementada?**

De uma maneira simples, podemos dizer que essa política será implementada com uma estratégia dupla. Primeiramente, vamos desenvolver projetos específicos para empoderar as mulheres, visando a resultados como: uma melhor participação política em nível local, estadual e nacional; abordagem dos temas de violência contra a mulher; desenvolvimento de estratégias específicas para emponderá-las economicamente; garantir que as mulheres tenham maior acesso à terra e a outros bens importantes. Essa parte chamamos de emponderamento das mulheres.

A segunda estratégia é mais complexa e mais difícil. Ela requer que entendamos que todos os projetos do PNUD tenham uma dimensão de gênero. Desenvolvimento não é desenvolvimento se não há uma perspectiva de gênero. Algumas pessoas dizem que, se não é bom para as mulheres, não é bom, já que as mulheres representam 50% da população. Em muitas sociedades, incluindo algumas partes do Brasil, em distintos grupos sociais, as mulheres não são tratadas com equidade em relação aos homens. Por exemplo, ainda há no Brasil uma diferença salarial significativa pelo mesmo trabalho no setor privado, paga-se menos às mulheres. Isso está estatisticamente demonstrado. A mulher tem muito menos acesso e controle à terra. Quem são os donos das terras no Brasil? Certamente, elas estão nas mãos de um grupo minoritário, mas, dentro desse grupo minoritário, as mulheres têm menos acesso à propriedade da terra.

**E a violência doméstica?**

O problema da violência doméstica é um problema que ainda pode ser observado em toda América Latina. Na América Central, por exemplo, no que se chama triângulo norte, temos enfrentado uma realidade seríssima, que é o feminicídio. A América Latina tem tomado consciência de que o feminicídio é um crime diferenciado dos demais crimes, tendo em vista que muitas vezes matam as mulheres pelo simples fato de elas serem mulheres. Então, muitos países estão trabalhando na formulação de diversas normas para caracterizar o feminicídio como um crime de gênero. O PNUD tem trabalhado nesses temas, que abrangem tanto a área da autonomia política quanto a da autonomia física da mulher.   
  
**E onde entra a transversalização?**

O tema da transversalização é um pouco diferente, porque significa que nós temos que ter a perspectiva de gênero nos projetos de meio ambiente, nos projetos econômicos, nos projetos de governabilidade. Isso significa entender um pouco qual é o impacto que nossos insumos, que nossas atividades têm nos homens e nas mulheres, porque as mulheres são, muitas vezes, as encarregadas pelo cuidado com as crianças e com o que elas reproduzem socialmente. Elas também ficam encarregadas de cuidar das mães, dos doentes, dos inválidos, porque se encarregam majoritariamente do trabalho doméstico. Muitas vezes, têm menos tempo para participar de atividades, dos projetos que esperam que elas tenham um papel ativo e que lhes demandam ainda mais tempo.

**Esse projeto envolve só o Brasil ou toda América Latina?**

Não, essa é uma abordagem que o PNUD decidiu aplicar a todo o mundo. Decidimos que, nos próximos anos, nos transformaremos na agência de desenvolvimento das Nações Unidas com o maior compromisso com a igualdade de gênero.

**Então vocês pretendem levar oficinas como esta realizada no Brasil a outros países também?**  
  
Nós vamos a muitos países por diversas razões. Em alguns, realizamos oficinas com a equipe do PNUD, como aqui no Brasil, para difundir a nova política, mas também para discutir e dar ferramentas de como planejar os projetos com uma perspectiva de gênero. Em outros casos, vamos aos países e oferecemos capacitação para analisar os resultados do impacto com uma perspectiva de gênero. Em outros países, trabalhamos com os governos para desenvolver políticas que beneficiem mais as mulheres. Por exemplo, na República Dominicana, estamos fazendo um trabalho sobre como tornar os sistemas dos pisos de benefícios de segurança social mais adequados às mulheres. Os pisos de segurança social são as estratégias dos governos para reduzir a pobreza, mas sobretudo para assegurar que os mais pobres tenham uma ajuda mínima. Muitos desses pisos de serviços e apoios dados às populações mais pobres não são relacionados ao gênero, então estamos fazendo um trabalho com os governos para que se faça uma análise de como os sistemas de serviços básicos e de ajuda aos mais necessitados estejam mais relacionadas à perspectiva de gênero. Isso significa que é necessário: analisar os serviços que existem; entender como chegam aos homens e às mulheres; saber quem está sendo beneficiado com esses serviços. Uma vez que fizermos um mapeamento do que o governo está fazendo, o que fazemos é oferecer de volta as  opções e cenários para que eles possam melhorar, porque a melhoria dos serviços em uma perspectiva de gênero pode custar dinheiro.

**No Brasil, qual é o maior problema de gênero?**

O Brasil é um país muito grande. Tentar generalizar qual é o maior problema de gênero de Brasil é difícil porque, digamos, os problemas são diferenciados de acordo com os lugares – entre a zona urbana, a zona rural, entre os estados mais ricos, os setores mais pobres. Eu acredito que, para o PNUD, um tema de grande prioridade é como assegurar que os benefícios do desenvolvimento cheguem aos grupos mais vulneráveis, que são os grupos indígenas, os afrodescendentes em particular e os mais pobres, tanto urbanos quanto rurais. Para nós, então, não é um problema único, mas é como nos assegurar que o processo de desenvolvimento beneficie os mais  vulneráveis e, dentro disso, principalmente, as mulheres. Isso significa que podemos abordar muitos temas, como os serviços sociais, a participação política das mulheres, especialmente a nível estadual e local. Temos que abordar o tema do controle dos recursos econômicos por parte das mulheres. Então, mesmo o Brasil sendo um país muito desenvolvido, muito sofisticado, com leis muito progressistas em relação ao gênero, ainda há muito o que fazer, sobretudo em dar poder e autonomia política, física e econômica às mulheres mais pobres.

**Dentro da questão de gêneros há várias outras questões, como de raça, do nível econômico... Existem programas espefícios para mulheres negras ou mulheres mais pobres?**  
  
Claro. Na Colômbia, por exemplo, temos programas muito bonitos para desenvolver capacidades econômicas para mulheres afrodescendentes. Também trabalhamos o tema da violência afro-descendente com homens e mulheres.

**Programas para homens também?**

Claro! O trabalho de gênero não é um trabalho sobre mulheres. Se você quer mudar os padrões culturais e a forma como a mulher é discriminada, tem que trabalhar com as mulheres e com os homens. Com os homens porque eles podem se converter em aliados muito importantes na causa das mulheres. Os homens são parte do problema, mas também parte da solução. Uma das grandes vantagens das novas gerações é que hoje, por exemplo, se você é um jovem menor de 35 anos na América Latina, estatisticamente se demonstra que tem maneiras de ver o mundo muito diferente, que quer ter mais responsabilidade como pai, que quer ter mais cuidado com seu filho, que concorda que o trabalho da casa tem que ser dividido, que quer que suas filhas possam jogar futebol, possam fazer outras coisas. Então, as pessoas jovens, hoje em dia, têm outras expectativas em relação às questões de gênero. Outra coisa que mudou bastante foi a estrutura familiar. Essa ideia de que as pessoas devem ter um pai, uma mãe e três filhos não é mais real. Em muitas zonas urbanas e rurais muito pobres, a realidade é que muitas mães são chefes de família. É realidade também que há muitas mães que vivem com avós e com os tios, e que há famílias muito mais complexas. Na América Latina, há cada vez mais casais gays que têm filhos, então a estrutura das famílias mudou bastante. Nessa adaptação, também acontecem mudanças na visão da sociedade sobre gênero, que afeta tanto a homens quanto a mulheres. Eu acredito que o trabalho de gênero é um trabalho que passa pelo individual, pela família, pelo espaço público, pelo espaço de trabalho, pelo espaço político. Por isso, é um trabalho lento e difícil. E, portanto, temos que trabalhar com os homens também.

**O PNUD trabalha muito com parcerias governamentais. É mais fácil trabalhar as questões de gênero com um governo que tenha maior representação feminina ou que tenha uma líder mulher?**

Em muitos dos países onde há mulheres liderando o governo, elas têm um compromisso com o tema da mulher. Por exemplo, na Alemanha, há mais ou menos duas semanas, aprovaram uma nova lei segundo a qual todas as empresas privadas têm que ter pelo menos 40% das mulheres na diretoria executiva. Isso só aconteceu porque a presidente Angela Merkel quis. Se existem programas para a mulher que são desenvolvidos no Brasil, acredito que muito tem a ver com o governo. Dentro desse governo do Brasil, criou-se uma arquitetura de gênero muito sofisticada, que distribuiu recursos. A Secretaria da Mulher tem poder de chegar a lugares distintos com capacidades e recursos. Há um compromisso. Não necessariamente todas as mulheres vão ter um compromisso com as mulheres em termos de gênero. Há muitas mulheres que foram primeiras ministras e que não tinham. O fato de ter uma mulher no comando do país também é muito importante para a imagem e a conceitualização das meninas sobre o que elas podem ser. Há um economista muito famoso que dizia que sair da pobreza  possibilita imaginar e pensar que se tem há inúmeras opções no futuro. Essa capacidade de uma menina ou menino poder imaginar que podem ser algo diferente do tradicional, porque existem essas opções, passa por se ter imagens distintas, de se ter acesso aos recursos, por se ter um meio ambiente favorável para o crescimento. Eu acredito que é por aí que temos que trabalhar o tema de gênero.

**É muito difícil generalizar, mas fazendo uma comparação entre o Brasil e a América Latina em relação à equidade de gênero, qual é a posição do Brasil?**

Acredito que o Brasil tem um marco legal muito positivo em relação ao gênero. Há temas que ainda poderiam ser abordados, mas acredito que o Brasil, no tema legal, é um país muito progressista e muito avançado no movimento de mulheres. Esse movimento tem uma longa história no Brasil da luta pela igualdade, na luta contra a discriminação de raça e gênero, na luta contra a pobreza. É um movimento amplo que tem bandeiras muito positivas. Acredito que aconteceu um grande avanço na participação política e na participação econômica das mulheres. Acredito que um grande projeto agora é eliminar a pobreza das mulheres, em particular, nas zonas mais pobres do Brasil e dar às novas gerações um sentido de que têm oportunidades e que podem fazer coisas que não tiveram no passado. Então, como estão as mulheres no Brasil? As mulheres estão melhor que em muitos outros países da América Central, definitivamente. Certamente, a América Latina está muito mais avançada que outros continentes, mas isso não significa que já chegamos lá.